

# JORNAL FERAESP

DEZEMBRO DE 2022

O JORNAL DOS ASSALARIADOS RURAIS

WWW.FERAESP.ORG.BR

DESDE 2017 - EDIÇÃO NÚMERO 58

A FERAESP mantém canal aberto aos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e sindicatos. Viu ou vivenciou alguma irregularidade no ambiente de trabalho ?



Denuncie em nossos canais de comunicação: (18) 3325 - 1796 / feraesp@feraesp.org.br  
WhatsApp: (14) 99873-9557 ou em seu Sindicato.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).

FERAESP PARTICIPA DE ENCONTRO COM LIDERANÇAS INTERNACIONAIS E REDE  
**PAG - (2)**

DIEESE: BALANÇO DAS GREVES NO BRASIL QUE SÓ INTERESSA AO MERCADO  
**PAG - (3)**

RECRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E AS CENTRAIS SINDICAIS  
**PAG - (4)**

APOSENTADO PASSA A RECEBER 150% MAIS DO INSS (REVISÃO DE RODA VIDA)  
**PAG - (4)**



## INFLAÇÃO

MÊS DE REFERÊNCIA: NOVEMBRO 2022  
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 5,97%

IPCA: 5,90%

## Mensagem do presidente da FERAESP para 2023



Nos últimos 4 anos de governo Bolsonaro (PL), anos obscuros para todo o povo brasileiro, o que foi visto e vivido, foi um aterrorizante momento da história com perdas sociais, econômicas, de direitos e aumento acentuado da cultura de ódio em relação aos negros, mulheres, aos LGBTQIA+, pobres e a tantas outras minorias do País; que exigirá tempo para recuperar, em anos, o estrago feito por um governo, sobretudo em relação a Jair Bolsonaro (que voltou ao seu status de normalidade, um “nanico”, limitado do ponto de vista intelectual) e seu ministro da Economia, Paulo Guedes (com paradigmas econômicos superados e ultrapassados).

Em relação aos empregados assalariados rurais de São Paulo e Brasil e a todos os trabalhadores brasileiros, o que foi visto e vivido, foi um estrago histórico, de retiradas de direitos trabalhistas (a exemplo da retirada do direito dos assalariados rurais das horas de percurso, que compunha até 30% do salário desses), em prol dos empregadores/patrões e um contínuo ataque as entidades sindicais no intuito de sucatear essas instituições de proteção dos empregados/trabalhadores brasileiros, o que em parte, foi conseguido.

## SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site [www.feraesp.org.br](http://www.feraesp.org.br) no link “Sistema de geração de guias”.

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: [tesouraria@feraesp.org.br](mailto:tesouraria@feraesp.org.br) ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.



Fundada em 1989

## JORNAL FERAESP

EXPEDIENTE: Órgão informativo mensal da FERAESP - Diretoria Executiva  
Federação dos Empregados Rurais Assalariados no Estado de São Paulo.

CNPJ: 58.998.915/0001-18

Av. Siqueira Campos, 235, Vila Operaria, Assis - SP - CEP 19804-010.

Fone: (18) 3325 - 1796 - WhatsApp (14) 99873-9557 - e-mail: [feraesp@feraesp.org.br](mailto:feraesp@feraesp.org.br)

Área Técnica: Cristiano Augusto Galdino - Corecon - 35802/SP



Dessa forma, com a eleição de um governo trabalhista, Luiz Inacio Lula da Silva (PT), a FERAESP e seus dirigentes, tem a perspectiva de retomada dos direitos trabalhistas e sociais. Entretanto, é sabido que, haverá dificuldades dada a eleição de um Congresso Nacional, em sua maioria de conservadores.

Portanto, como dito, a perspectiva é das melhores em relação ao futuro próximo. A FERAESP cumprirá seu papel na defesa dos empregados assalariados rurais e seus pares trabalhadores, e, exigirá ações concretas do novo governo (e Congresso Nacional) na defesa dos direitos trabalhistas e sociais. - *(Jotalune Dias dos Santos, presidente da FERAESP)*

## FERAESP participa de encontro com lideranças internacionais e Rede



Nos dias 8 e 9 de dezembro de 2022, dirigentes da FERAESP participaram de um encontro na cidade de Campinas – SP para debater e propor soluções para o mercado de trabalho da cultura de laranja.

O encontro teve como participantes da FERAESP: o secretário geral, Aloisio José dos Santos Filho, o lulinha, e o diretor de comunicação e relações internacionais, Gilson Donizete do Lago. Estavam no encontro também, sindicatos de empregados assalariados rurais e da indústria de diferentes estados brasileiros, além de representantes de movimentos sociais e sindicais da África do Sul e Alemanha.



No encontro foi debatido temas como: as pesagens das cestas de laranja, utilizada como uma das referências de rendimento dos empregados, condições das escadas utilizadas pelos empregados, entre outras questões de interesse dos empregados assalariados rurais e trabalhadores da indústria.

A FERAESP, propôs no evento, um projeto de formação dos empregados assalariados rurais na cultura de laranja em conjunto com a Rede Suco de Laranja para o ano de 2023.

De acordo com Aloisio (lulinha), secretário geral da FERAESP: “O encontro foi muito importante para propor soluções aos problemas enfrentados pelos empregados assalariados rurais do estado de São Paulo e Brasil. Disse ainda que, as discussões serviram para que as entidades adquiram aprendizado com o intercambio com instituições internacionais, e, isso servirá, como um ponto de fortalecimento para as ações na cadeia produtiva da laranja”.



O DIEESE –Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, neste estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2022, identificando suas principais características. Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

No primeiro semestre de 2022, o SAG-DIEESE registrou 663 greves, que contabilizaram 37 mil horas paradas. Os trabalhadores da esfera pública promoveram dois terços (66%) dessas mobilizações –o que corresponde a 80% das horas paradas.

Greves de advertência são mobilizações que têm como plano o anúncio antecipado de seu tempo de duração. São também conhecidas como “paralisações” e costumam alongar-se em intervalos que vão de algumas horas (atrasos no início da jornada) a alguns dias. Essa tática caracterizou uma grande proporção (45%) das greves nesse semestre.

Movimentos que abrangeram categorias profissionais inteiras foram preponderantes (60%) em relação àqueles deflagrados isoladamente, em empresas ou unidades do funcionalismo público (40%).

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta.

Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter propositivo. As greves denominadas defensivas caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança. Também se posicionam contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação. Por fim, aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em protesto. E ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria, como greves em solidariedade. Itens de caráter defensivo estiveram presentes na pauta de reivindicações de 80% das greves; sendo que mais da metade (53%) referia-se ao descumprimento de direitos.

Questões salariais como reajuste (48%) e pagamento do piso (31%) foram as mais frequentes. Itens relacionados à alimentação (tíquetes, cestas básicas) vêm em seguida: estiveram presentes em 19% das greves. O pagamento de vencimentos em atraso (salários, férias, 13º) continua entre as principais reivindicações –com uma participação diminuída, no entanto (16%).

Em 210 registros de greves (32% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Na maioria dos casos (65%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.



**ESCOLA DIEESE**  
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

A frequência da deflagração das greves neste primeiro semestre também se associa a questões salariais –reajuste nos valores e pagamento do piso. De janeiro a março, a presença conjunta dos dois itens vai progressivamente se destacando na pauta das mobilizações. Abril marca novamente um recuo e também o início do distanciamento entre os dois itens, com a reivindicação por reajuste salarial tornando-se preponderante. De fato, trata-se aqui –no destaque das greves do funcionalismo público e das greves por questões salariais –de uma primeira aproximação em direção a importante movimentação ocorrida na primeira metade de 2022: as greves dos profissionais da educação básica pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional.

## Recriação do Ministério do Trabalho e as centrais sindicais



*Centrais Sindicais saúdam a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego e indicam Luiz Marinho para Ministro.*

*As Centrais Sindicais abaixo assinadas saúdam a recriação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, proposta que consta da Pauta da Classe Trabalhadora 2022.*

*Consideramos essencial o fortalecimento do MTE para articular e materializar, com os demais ministérios e organizações da sociedade, a concepção que confere centralidade ao trabalho e ao emprego às estratégias de desenvolvimento econômico e social do país.*

*Um desenvolvimento orientado para a produção socioambiental sustentável, que gera emprego de qualidade e crescimento dos salários, que enfrenta e supera a miséria, a pobreza e as desigualdades, requer um MTE forte e atuante.*

*Valorizar a negociação coletiva como principal instrumento de regulação das relações e condições de trabalho, realizada por entidades sindicais fortes e representativas, com autonomia de organização e de sustentação financeira, é a afirmação de princípios propugnados pela OIT. Para isso é urgente corrigir os marcos normativos que legalizam a precarização do trabalho, desqualificam e desincentivam a negociação coletiva, enfraquecem os sindicatos e submetem os trabalhadores à coerção dos empregadores. Construir um sistema de proteção social, trabalhista e previdenciário para toda a classe trabalhadora é um desafio a ser enfrentado com determinação. Tarefas todas essenciais na atuação do futuro MTE, que deverá ser atuante para enfrentar e superar a grave crise que o país atravessa e o desmonte do Estado brasileiro e de suas políticas públicas.*

*Diante dessa agenda que propomos e dos desafios enunciados, as Centrais Sindicais indicam Luiz Marinho para o cargo de Ministro do Trabalho e Emprego. Luiz Marinho tem plena sintonia com o movimento sindical brasileiro e diálogo amplo com o setor empresarial, grande habilidade para tratar de conflitos e alta capacidade para conduzir negociações complexas. Marinho construiu trajetória de vida pública exemplar e de gestão altamente qualificada como Prefeito de São Bernardo do Campo e Ministro do Trabalho e, posteriormente, da Previdência Social. Trata-se da pessoa certa para dar ao MTE o protagonismo que dele se espera.*



Sérgio Nobre - Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres - Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos Trabalhadores

Antônio Fernandes dos Santos Neto - Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros

Moacyr Roberto Tesch Auersvald - Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores

Nilza Pereira de Almeida - Secretária Geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze - Presidente da Pública Central do Servidor

## Aposentado passa a receber 150% mais do INSS após conseguir revisão da vida toda

O aposentado Mario Cezar de Azevedo, 73, foi um dos beneficiados pela revisão da vida toda da aposentadoria, aprovada há 10 dias pelo STF, e mais do que dobrou seu benefício. Ele recebia cerca de R\$ 2.000 de aposentadoria e passou a ganhar quase R\$ 5.000, um aumento de 150%.

Como ele conseguiu aumentar a aposentadoria

A revisão aprovada pelo Supremo Tribunal Federal permite usar todos os salários para calcular a aposentadoria, e não apenas os salários após julho de 1994.

Azevedo, no entanto, conseguiu aumentar sua aposentadoria antes mesmo dessa decisão do STF porque ele entrou na Justiça em 2018. Antes de se aposentar, ele trabalhou com entrega e retirada de equipamentos de construção civil.

Ele venceu a causa em outubro de 2020 e já recebe a nova aposentadoria, mas ainda vai ganhar os atrasados. Isso está previsto para 2024, mas o INSS ainda não fez os cálculos de quanto será o total.

O advogado previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados João Badari, responsável pelo caso de Azevedo, afirma que é comum os atrasados demorem mais a serem pagos.

“É uma diferença boa. Graças a Deus dá para viver com dignidade. Agora posso pagar plano de saúde para mim e para minha mulher, pagar os remédios”, contou.

Azevedo tinha o plano de saúde da empresa em que trabalhava, mas depois que saiu os filhos pagavam seu plano e o da esposa. Hoje ele tem condição de pagar ambos os planos (total de R\$ 1.800 por mês). Apenas com remédios, gasta de R\$ 300 a R\$ 600 por mês.